

EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Adriana Alves

RESUMO

O ensaio procura destacar alguns aspectos do processo que caracterizou a realidade brasileira nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, a fim de situar as experiências do Serviço Social com comunidades no tempo histórico em que germinaram as bases para a produção da perspectiva de transformação social no Serviço Social brasileiro, embora ainda não elaborada de forma consciente pelos assistentes sociais naquele contexto. A referência aos textos produzidos nos anos 1980 e 1990, que procuraram sistematizar o trabalho do Serviço Social com comunidades na perspectiva do fortalecimento do caráter *popular* das lutas sociais, tem por objetivo resgatar o processo em que se firmaram os avanços no campo prático e teórico produzidos pelo Serviço Social no processo de “Reconceituação”. O texto também busca reunir elementos que se voltam à elucidação das experiências de resistência das massas em tempos de barbárie, a fim de se pensar nas atuais possibilidades de trabalho do Serviço Social com comunidades, na perspectiva freireana de educação popular.

Palavras- chave: Comunidades; Educação Popular; Movimentos Sociais; Serviço Social.

ABSTRACT

The essay highlights a few aspects of the historic process that featured the Brazilian reality during the years prior to the 1964 civil-military coup. The purpose is to place Social Work experiences with communities back in history when social change foundations were booming in the Brazilian Social Work, even though this perspective of change had not yet been fully elaborated by the social workers at that time. The reference to the texts produced during the 80's and 90's, which at the time sought to systematize the Social Work role with the communities in order to strengthen the *popular* character of the social uprisings, aims at rescuing the practical and theory advances produced by the Social Work in the “Re-conceptualization” process. The text searches gathering the elements that could highlight the masses resistance experiences in barbarian times, so as to have current Social Work activities with the communities thought over within a Freire perspective of popular education.

Keywords: Communities; Popular Education; Social Movements; Social Work

1. A educação popular na obra de Paulo Freire

Sabemos que a ideologia desenvolvimentista teve seu papel destacado, dentre outros momentos da história brasileira, no período que compreendeu os anos 1950 até 1964. Terminada a 2ª Guerra, a política nacional fixou-se na “superação do subdesenvolvimento”, um projeto que unia as nações do “terceiro mundo” no entendimento de que a situação econômica dos países pobres poderia ser solucionada com a aceleração do processo de industrialização, que se desdobraria na consolidação da civilização moderna e da vida urbana. É neste contexto que Paulo Freire inicia seus trabalhos, estando, no período de 1959 a 1964, vinculado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹ Para os intelectuais isebianos, a cultura brasileira estava em crise porque não mais correspondia às circunstâncias históricas, para o que a solução seria o positivo empreendimento de se compatibilizar a cultura com o projeto desenvolvimentista nacional, sem, contudo, considerar as profundas debilidades culturais provenientes do “atraso”, que não poderiam ser expelidas nem mesmo da nossa vida mental.

O trabalho intelectual voltado para “a remodelação de nossa vida mental” teve algumas experiências firmadas desde o movimento modernista, a partir dos anos 1930. Dentre elas, Arantes destaca o grupo Clima, de São Paulo (1940-1968), onde se desenvolveu um ponto de vista crítico singular que inaugurava novas mediações para a compreensão do processo de formação da cultura brasileira: “como ninguém podia saltar por cima da própria sombra, enxergava mais longe quem partia da consideração de conjunto dessas linhas evolutivas mais ou menos consistentes que estamos chamando Formação.”² Nesse grupo, estava Antonio Candido que, no seu *A formação literária do Brasil*, de 1949, formulou uma “apropriação original pelo raciocínio literário da ideia de formação”, de um processo intelectual formativo de múltiplas dimensões, o significado do lugar central ocupado pela literatura na reconstrução mental do país.” Neste empreendimento sobre a produção literária brasileira, Antônio Candido “deu com a equação geral do problema da formação”.³ Em 1969, o crítico, discutindo literatura e subdesenvolvimento, “relembra o quanto a penúria cultural do

¹ O ISEB foi criado em 1955, pelo Ministério de Educação e Cultura, destinado ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais. Naquele contexto, os intelectuais isebianos dedicavam-se ao tema do desenvolvimentismo. Tomaremos o estudo de Vanilda Paiva, “*Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*”, como referência principal para tratar do pensamento freireano no período de sua emergência. (Cf. PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000).

² Cf. ARANTES, P. E.; ARANTES, O. B. F. *Sentido da formação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 32.

³ Idem, p. 37.

nosso ‘atraso’ não faz exceções e de fato produz uma debilidade muito mais penetrante e insidiosa do que pensam nossos letrados bem envernizados.”⁴

Nesta perspectiva, para Arantes, o ponto de incongruência da experiência cultural brasileira está no fato de que “os percalços da articulação entre vida mental, sob constante ameaça de estar se engajando numa pista inexistente, e o panorama social próximo, cuja inconsistente razão de ser raramente favorece a dita articulação, cujo modelo de consistência sabidamente se encontra na Europa.”⁵ Noutras palavras, numa fase de “auto-engano coletivo”, buscou-se enxertar aqui um modelo de desenvolvimento sem que existissem os pressupostos sociais para tanto.

Assim, o processo de reconstrução da cultura nacional no contexto da segunda metade dos anos 1950, tinha como ponto de partida o entendimento de que se fazia imediatamente necessário aos intelectuais brasileiros, a formulação de ideias afinadas com o projeto nacional-desenvolvimentista. Estas deveriam ser transmitidas socialmente, a fim de que produzissem um impacto progressista sobre a cultura nacional, levando as massas automaticamente a questionarem, em sua consciência, sua prática social, o que deveria resultar numa sociedade civil de fato constituída e, portanto, a síntese de uma inserção social integrada e afirmativa à “moderna” realidade brasileira, fora da qual tudo é “restolho” e “desajuste”.⁶ Seria um momento de antítese cultural, em que se teria descoberto para a sociedade brasileira um destino para o qual não havia meios? Tudo isso, na verdade, era mais mito do que fato e não deixou de ser assim, pois a tentativa de “acerto” do processo de modernização nacional para a superação impossível do subdesenvolvimento só pôde se desenhar enquanto ideologia própria do capitalismo periférico, o qual se processou sob um incorrigível desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, enquanto a experiência brasileira não tratou de desmistificar essa “falsa consciência”, muitos foram os que estiveram engajados na consecução do projeto nacional-desenvolvimentista. Este é o motivo que une Paulo Freire ao ISEB, pois, além de teoricamente afinado com suas perspectivas ideológicas, o pedagogo estava disposto a trabalhar com “objetivos inclusivos”, voltado para a integração das camadas subalternas nas novas circunstâncias históricas. Entretanto, desde o início, o ponto fundamental de seu pensamento e método não é a ideologia, é a *práxis*. Freire tinha o

⁴ Idem. p. 37-8.

⁵ Idem, p. 75.

⁶ Sobre os intelectuais brasileiros, segundo Candido, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, fala da “satisfação com o saber aparente, cujo fim está em si mesmo e por isso deixa de aplicar-se a um alvo concreto, sendo procurado sobretudo como fator de prestígio para quem sabe.” A confiança nas ideias era levada ao máximo, “mesmo quando inaplicáveis”, o que, na interpretação de Holanda, foi o caso do positivismo no Brasil. (Cf. CANDIDO, A. O significado de “Raízes do Brasil”. In. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Prefácio. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 18).

foco na contradição entre a inserção prática da população na vida política nacional – um caminho aberto pela instauração da democracia parlamentar – e a ausência de uma formação política precedente que a tivesse preparado para esse exercício, não no sentido da prática formal do voto, mas numa perspectiva de que participem ativamente dos espaços públicos decisórios.

Nessa época, cujas circunstâncias políticas nacionais ganham os contornos democráticos característicos do governo Goulart, a esquerda mais radical tratava o homem subalternizado primeiro como objeto, que pode se tornar sujeito por meio de ações educativas. Para Freire, o homem subalternizado, tendo tido uma formação social em que foi agente legitimador da dominação das elites nacionais, precisava de uma formação em que na *práxis* aprendesse a agir sobre as situações determinadas de modo crítico e transformador, embora isso não se configurasse em seu pensamento como uma perspectiva socialista, pois não apoiava as formas de luta que considerava idealistas por considerar que não tinham correspondência histórica com as possibilidades da realidade nacional. No entanto, seu método de alfabetização de adultos, desde o início, sempre pôde ser apropriado para atender a projetos políticos distintos e por vezes antagônicos: houve aqueles que tinham por base rígida os objetivos dos líderes populistas com nítidos interesses eleitoreiros e aqueles que se formavam a partir dos interesses das próprias comunidades, ainda que em aliança com as forças governamentais, como no caso das experiências culturais nordestinas, que reuniram trabalhadores do campo e da cidade em atividades de alfabetização e formação política. Nestas atividades, existiram experiências distintas, chegando a ser muitas vezes antagônicas ao proposto por Freire. Por um lado, houve aquelas em que os educadores fizeram o papel de vanguarda, o que representou um desvio negador da essência do método, por outro, existiram aquelas em que os subalternos tinham o protagonismo central no seu aprendizado político, a partir de suas experiências de vida, que ainda traziam as marcas de relações e práticas não totalmente absorvidas pela modernidade.

Freire se voltou para as massas subalternas, movido pela preocupação de prepará-las para o exercício da democracia representativa. Uma democracia que teria sido instituída a partir de cima, por uma estrutura legal que não correspondia à prática política real da massa subalterna brasileira, cuja formação é determinada pela “inexperiência democrática”, ou seja, a democracia para os subalternos, mesmo nos termos liberais, continuava sendo estranha, pois ainda não tinham produzido objetivamente práticas políticas que pudessem interferir na esfera pública. Esse entendimento expressa a noção de processo em sua forma de interpretar a realidade, por onde consegue visualizar que a forma de participação dos subalternos

certamente seria correspondente à formação política que tiveram até ali. Por isso, para Freire, ao invés de fortalecer as instituições autoritárias que continuariam conduzindo as camadas populares, era necessário encontrar meios de formação para que estas aprendessem na prática a participar da vida política. É importante destacar que neste contexto em que somente tinham direito ao voto os alfabetizados, cerca de 50% da população brasileira ficava excluída do acesso a este instrumento fundamental da democracia liberal. Por isso, os incentivos governamentais para a alfabetização em massa com fins, sobretudo, eleitoreiros, foram determinantes para a ampliação da participação das camadas subalternas na escolha dos representantes políticos que regulariam a vida pública no país.

Tudo isso é conjugado por Freire de um modo particular, no qual podemos encontrar as indicações da compreensão que os ideólogos burgueses da época tinham do quadro cultural brasileiro. Com base em seu pensamento e, sobretudo, em seu método de alfabetização, torna-se possível identificar os impactos sociopolíticos das novas circunstâncias históricas para os diferentes segmentos sociais. Para a classe hegemônica, a aceitação do “novo” requeria uma mudança ideológica, porém, sem alterar a prática social em sua essência, ou seja, suas práticas de dominação permanecem intocadas, embora estejam agora com uma roupagem “democrática” que permite tornar os dominados formalmente mais ativos nesse processo. Para as massas subalternas, no entanto, a inserção consciente na política não se efetivaria a partir de um salto ideológico, mas a partir de um agir novo frente às novas condições nacionais, num momento em que a realidade histórica deixava em aberto o desafio de forjar uma nova e crítica experiência na política. Este “novo agir” implicava mudanças nas formas e no conteúdo da realização das necessidades básicas destas massas, o que pode ser observado especialmente na realidade nordestina, a partir de meados dos anos 1950, onde se formaram as associações agrícolas e pecuárias dos trabalhadores camponeses, um tipo de luta alternativo à sindicalização rural barrada pelas oligarquias, criado para enfrentar de forma coletiva as necessidades das comunidades rurais, a partir de uma estrutura autônoma que se mantinha fora do controle do Estado sob a denominação de “Ligas Camponesas”, que seguiram ativas até 1964.

Neste contexto, também fez parte das atividades da esquerda brasileira as experiências de alfabetização e educação que percorriam principalmente as regiões mais pobres do país, como a Ação Popular, constituída em 1962, reunindo a parcela da juventude católica ligada à política estudantil e ativa em movimentos de cultura e educação popular que estiveram vinculados à perspectiva pedagógica freireana. Ao analisar estes temas no período de 1964-1969, Roberto Schwarz, em *Cultura e política*, fala do Movimento de Cultura Popular no

nordeste brasileiro e ressalta especialmente a experiência de Pernambuco.⁷ Em 1959, quando Miguel Arraes era prefeito de Pernambuco e candidato a governador, inicia-se o Movimento com a finalidade imediata de alfabetizar as massas para que pudessem acessar o direito ao voto. Por outro lado, “havia intenção também de estimular toda sorte de organização do povo em torno dos interesses reais, de cidade, de bairro e mesmo folclóricos, a fim de contrabalançar a indigência e o marginalismo da massa”, a fim de prepará-la para o “contato devastador com a demagogia eleitoral”. O MCP tinha uma perspectiva reformista fundada em valores humanistas cristãos, mas na prática tinha um alcance crítico sobre “a cultura e suas formas estabelecidas”. Fez parte da crítica social produzida nestas experiências, o método Paulo Freire de alfabetização de adultos, que, concebendo a leitura como “força no jogo da dominação social”, procurava “acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política”. “*O trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das Letras e no dos sindicatos, da Constituição, da reforma agrária, em suma, dos seus interesses históricos.*”⁸ O método consistia em que os educadores tomassem por base palavras extraídas das experiências dos educandos – que em sua ampla maioria eram moradores das comunidades rurais – construindo, deste modo, os “temas geradores”, a partir dos quais os homens aprendiam a ler, a escrever e a discutir sobre a realidade brasileira.⁹ Neste contexto, a relação entre educador e educandos não é a mesma da educação formal em que, hierarquicamente, se dá a transferência de conhecimentos adquiridos, pois ambos protagonizam ativamente este processo de produção cultural¹⁰, em que “a noção de que a

⁷ Cf. SCHWARZ, R. *Cultura e política*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 18-21.

⁸ Cf. SCHWARZ, R. *Op cit.* p. 18-21.

⁹ “Um mínimo de palavras, com máxima polivalência fonêmica, é o ponto de partida para a conquista do universo vocabular. Essas palavras, oriundas do próprio universo vocabular do alfabetizando, uma vez transfiguradas pela crítica, a ele retornam em ação transformadora do mundo” (Cf. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 14). “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” (Cf. BRANDÃO, C. R. *Paulo Freire: educar para transformar*. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. p. 53). Também em 1962, a convite do governador do Rio Grande do Norte, Paulo Freire iniciou a experiência do “Círculo de Cultura” em Angicos, onde coordenou o processo de alfabetização junto aos trabalhadores rurais. “Trezentos homens eram alfabetizados em Angicos em menos de 40 horas. Não só alfabetizados. Trezentos homens se conscientizavam e se alfabetizavam em Angicos. Trezentos homens aprendiam a ler e a escrever, e discutiam problemas brasileiros.” (Cf. FREIRE, P. *apud* BRANDÃO, C. R. *Op Cit.* p. 54).

¹⁰ Nas palavras do professor Ernani Maria Fiori, com quem esteve Paulo Freire durante o exílio no Chile, 1964-1969, “o círculo de cultura – no método Paulo Freire – re-vive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. [...] Todos juntos, em círculo, e em colaboração, re-elaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. [...] essa consciência histórica, objetivando-se reflexivamente, surpreende-se a si mesma, passa a dizer-se, torna-se consciência historiadora: o homem é levado a escrever sua história. Alfabetizar-se é aprender a ler essa palavra escrita em que a cultura se diz e, dizendo-se criticamente, deixa de ser repetição intemporal do que passou, para temporalizar-se, para conscientizar sua temporalidade constituinte, que é anúncio e promessa do que há de vir. O destino, criticamente, recupera-se

miséria e seu cimento, o analfabetismo, não são acidentes ou resíduo, mas parte integrada no movimento rotineiro da dominação do capital.”¹¹ Em 1964, no Recife, “o MCP foi fechado e sua sede transformada, como era inevitável, em Secretaria de Assistência Social”.¹²

As experiências sociais produzidas neste período e que são a própria base material da educação em Paulo Freire, o leva a deslocar o foco de seu projeto pedagógico de 1959, do objetivo de formular um modo de educação funcional ao desenvolvimentismo para o compromisso com o aprofundamento das experiências de autoformação das massas. É uma mudança que não emerge do aprofundamento da teoria, mas de suas práticas pedagógicas. Em *Educação como prática de liberdade*, livro publicado no Brasil em 1967, está explícita essa “virada” da perspectiva freireana, de um projeto pedagógico funcional ao nacional-desenvolvimentismo para um objetivo político contrário às elites, mobilizando a massa subalterna, embora isto apareça nesse momento mais como objetivo prático do que como sistematização teórica, pois a compreensão teórica do alcance de seu método pedagógico é posterior às suas primeiras experiências.

As primeiras elaborações teóricas que definem a perspectiva crítica e libertária da pedagogia desenvolvida por Freire foram construídas durante o período em que esteve exilado no Chile, entre 1964 e 1969, quando, além de continuar envolvido em experiências de educação popular, produziu a análise das práticas educativas realizadas no Brasil entre 1959 e 1964, resultando no livro *Pedagogia do oprimido*, escrito entre 1967 e 1968, publicado no Brasil em 1974. É a obra que nos leva a compreender que na base do pensamento de Paulo Freire existe uma “filosofia da práxis”. É no conceito marxiano de práxis que Freire entende o processo de formação do ser e da consciência.¹³ Não obstante, foi possível a Freire elaborar uma pedagogia de formação política produzida a partir da experiência social porque a realidade brasileira – principalmente o nordeste, onde esteve diretamente envolvido em práticas de educação popular no período – ainda não havia totalmente consolidado as relações e práticas sociais que passariam a fazer parte do conjunto da vida social moderna. Por isso,

como projeto. Neste sentido, alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura [...] a palavra não é pensamento é práxis. (Cf. FIORI, E. M. Aprender a dizer a sua palavra. Prefácio. In. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 24-6).

¹¹ Cf. SCHWARZ, R. *Op cit.* p. 20. Grifos meus.

¹² Idem, p. 21.

¹³ “O único caminho a seguir [...] é a conscientização da situação [...] conscientização, é óbvio que não para, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à humanização.” “É preciso que fique claro que [...] estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente.” (Cf. FREIRE, P. *Op cit.* p. 158; 172-3.)

considerando as bases históricas em que desenvolve seu pensamento, foi possível falar de práxis sem mediações muito aprofundadas sobre a crítica do fetichismo.

Por outro lado, esse contexto que tornou possível a elaboração do pensamento de Freire indicava que no território nacional inexisteriam bases materiais capazes de impulsionar um movimento espontâneo de modernização da vida social, de modo que o Golpe de abril de 1964 e os vinte e um anos de ditadura civil-militar que se seguiram – com a participação do governo norte-americano interessado em expandir o domínio imperialista sobre a América Latina e em mitigar as influências comunistas produzidas num contexto marcado pela Guerra Fria e pela Revolução Cubana – tiveram o papel de fabricar as mediações necessárias para que a materialidade da vida social fosse totalmente produzida sob a forma abstrata. Este processo produziu nos indivíduos a assimilação de um tipo abstrato de prática social em que eles mesmos se autodisciplinam para a realização das funções postas pela sociedade burguesa, de modo que o processo autocrático repressivo, depois de duas décadas, tornou-se dispensável.¹⁴ Daí por diante, nem de “violência ideológica se poderá falar”¹⁵, já que quase todos estiveram de acordo com o aprofundamento da lógica de utilização abstrata do homem e da natureza, inclusive a classe proletária que, integrada socialmente, teve sugada pelo capital as forças políticas de contraposição que fizeram parte do processo que impulsionou a expansão capitalista no território nacional.

A modernização da sociedade brasileira dissolveu o tipo de prática política que esteve na base das experiências sobre as quais Paulo Freire construiu sua concepção popular de educação. As lutas sociais da massa subalterna existentes no pré-64 tinham o caráter popular de serem originadas espontaneamente no território social comum – lugar de moradia que, na zona rural, era o próprio lugar de trabalho –, onde as pessoas viviam relações definidas por uma vinculação social produzida nas tradições das experiências comuns, no convívio e no modo com que lidavam com a natureza.¹⁶ Este foi o terreno em que se produziram

¹⁴ Thompson, em seu livro *Senhores e caçadores*, apresenta análises interessantes sobre o domínio de classe, elaborando compreensões de que a dominação determinada pelo consenso e pela regulação da lei “pode disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos”. Na edificação dessas relações dominantes e dominadas, os valores culturais que legitimam o modo de vida burguês, sob a regulação da lei, representam uma “realização cultural autêntica” que opera como mediação das relações de classe, haja vista que a verdadeira legitimidade do domínio burguês só pode ser alcançada com a adesão dos trabalhadores. (Cf. THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. “O domínio da lei”, p. 348-361).

¹⁵ Cf. ARANTES, P. E. *Extinção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁶ Maria Aparecida de Moraes Silva, em seu *A luta pela terra: experiência e memória*, apresenta análises importantes para a compreensão da história recente da estrutura agrária no Brasil, que foi moldada pelo processo modernizador acelerado nos finais da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e consolidado no período ditatorial. O resultado da modernização das relações e das práticas sociais no campo, que combinou assassinatos, destruição material e cultural e negação de direitos de cidadania aos trabalhadores, foram “milhares

experiências políticas auto-organizadas, a partir das necessidades sentidas e elaboradas coletivamente na comunidade, enquanto espaço efetivo de luta e formação política. Mas, os anos do regime ditatorial que se estendeu até 1985 produziu a violenta dissolução do modo de vida propício à produção deste tipo de organização, instituindo formas legais de luta e incorporando a participação da população ao interior das modernas instituições sociais. O processo de modernização das lutas populares produziu a sua desradicalização, dissolvendo a forma de organização que tinha base territorial para integrá-las às instâncias de controle institucional.

Desse modo, o aprofundamento das condições de existência da sociedade moderna pôde ser sentido na experiência social que, repleta de fantasmagorias, não mais vinculava os homens à sua riqueza cultural. A impossibilidade de que as forças invisíveis que governam a vida prática se autoevidenciem tornou cada vez mais difícil que a formação política de caráter emancipatório pudesse nascer espontânea da experiência social real. Na sociedade capitalista em expansão, capaz de assegurar as mínimas condições de reprodução social para os que trabalham e de integrar por vias assistenciais a parcela improdutiva da população, a atividade humana real não mais atestava a atualidade histórica da *“pedagogia do oprimido”*. O chão histórico constituído pelo tipo de experiência que foi a base material da concepção freireana de educação havia sido destruído e no seu lugar a abstração real abriu um grande fosso. O fato é que as lutas com perspectivas efetivas de transformação social não subsistiram ao ocaso de 1964.¹⁷ De lá pra cá, o fetichismo diluiu as lições que a história nos ensinou e continuamos

de pessoas desenraizadas social e culturalmente, perambulando de um lugar para o outro em busca de sobrevivência, sem eira nem beira, já que foram obrigados a deixar para trás tudo o que possuíam. Transformaram-se em verdadeiros errantes. Um dos pontos de parada foi a periferia das cidades. [...] As pessoas não foram para a cidade atraídas por suas luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico mas como espaço cultural, como um lugar onde foi possível criar um modo de vida caracterizado pela sociabilidade baseada nas relações com parentes e vizinhos e na religiosidade, capaz de unir a natureza, a terra, as pessoas e os santos padroeiros.” (Cf. SILVA, M. A. M. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 40).

¹⁷ O filme de Eduardo Coutinho, *“Cabra marcado para morrer”*, é uma interessante produção sobre as lutas camponesas, sobretudo porque foi um projeto que teve início antes de 1964, mas que só pôde ser concluído em 1981, dadas as circunstâncias políticas do país. Roberto Schwarz, em seu *“O fio da meada”* faz uma análise relevante e instrutiva do filme que retrata, a partir da memória daqueles que viveram os anos que antecederam o golpe de 1964, a prática política dos camponeses no nordeste, observada pelos estudantes que viajaram o país na *“UNE Volante”*, um projeto que representava uma aliança, impossível nos dias de hoje, entre o governo nacional e as reivindicações populares. No entanto, o crítico capta do filme a mudança fundamental que se passou com os sujeitos históricos daquele distante episódio da vida política brasileira: *“Dezessete anos depois, em 1981, o cineasta vai ao Norte em busca de seus companheiros e personagens. Leva o filme antigo e uma câmera. Atrás dele agora não há movimento estudantil ou facilidades governamentais, nem existe entusiasmo nacional. Em lugar da eferescência social e de suas formas de invenção muito socializadas, está um indivíduo mais ou menos sozinho, movido por sua fidelidade a pessoas e a um projeto, só contando com poucos recursos. É evidente outro sujeito. [...] Nem os camponeses, enfim, são os mesmos. [...] O reencontro é caloroso, mas o momento é outro. [...]”* (Cf. SCHWARZ, R. *O fio da meada*. In. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.).

andando e pensando em círculos, retornando sempre aos mesmos lugares, mas sob condições que não permanecem as mesmas.¹⁸

2. O Serviço Social e o trabalho com comunidades

Diego Palma, em seu livro *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*, publicado no Chile em 1985, procura estruturar sua argumentação tendo como base analítica as particularidades da formação social dos países de capitalismo periférico, procurando destacar que é para esses territórios que os países de economia central deslocam os efeitos mais nefastos das contradições iminentes do sistema produtor de mercadorias, de modo que esta dinâmica constitui o processo expansivo do capital até os anos 1970, quando se esgotam econômica e geograficamente as possibilidades expansivas da produção do valor, instalando uma crise global permanente.

Para o autor, desde o contexto de expansão capitalista “não se afigura satisfatório reconhecer a superpopulação relativa no subdesenvolvimento, sem mais e como o faz a posição mais ortodoxa, como ‘exército industrial de reserva’”¹⁹ porque na “periferia do capitalismo, apenas um número limitado de trabalhadores são estritamente proletários”²⁰. Este pode ser um dos elementos explicativos das experiências de organização popular não reguladas pelas estruturas institucionais típicas da modernidade, produzidas pelas “massas semiproletarizadas da América Latina” nos anos que antecederam os períodos ditatoriais. O popular refere-se às experiências de resistência espontâneas, com traços de pré-modernidade, produzidas pelas massas que ainda não encontravam condições minimamente satisfatórias de reprodução social por dentro da estrutura capitalista em processo tardio de desenvolvimento. A existência da massa de seres humanos sobrantes sempre foi uma característica estrutural

¹⁸ Para Roberto Schwarz, *Estorvo*, romance escrito em 1991, é a “forte metáfora que Chico Buarque inventou, ‘com engenho e mão leve’, para o Brasil contemporâneo”. No romance, os personagens subsumiram-se à força alienante das relações sociais, foram “sugados” pelo modo de vida que se estrutura por apetites alienados, imaginários, para cuja satisfação seguiram os indivíduos alucinados, como bonecos “autômatos”, portanto, “inconscientes”, mas “adequados” à lógica que governa as relações sociais no capitalismo contemporâneo. O estado de “inconsciência” revela-se no automatismo de práticas abstratas que leva o indivíduo a subsistir sob o movimento “próprio” das relações sociais, numa “disposição absurda de continuar igual em circunstâncias impossíveis”. Aprisionado a essas relações, mas de cuja prisão não tem consciência e cujas complexas interconexões “julga” conhecer, o indivíduo tende a sofrer o “revés” dessas mesmas relações, como que uma “apunhalada pelas costas” de um “ser” que se autonomiza e ganha vida própria. *Estorvo* foi publicado em 1992 e é o primeiro romance escrito por Chico Buarque. (Cf. BUARQUE, C. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; SCHWARZ, R. Um romance de Chico Buarque. In. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 178-181).

¹⁹ Cf. PALMA, D. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 42.

²⁰ Idem, p. 43.

dos países da periferia do capitalismo. Neste lugar, também se conservaram certos costumes e tradições que, ao mesmo tempo em que indicavam o tempo tardio do desenvolvimento capitalista nesses países, se tornaram elementos de resistência às formas de dominação social.

Desse modo, para Palma, no contexto dos anos 1980, a necessidade do “*reencontro* do Serviço Social com um espaço comum com a tradição da população” é reconhecida pelo grupo denominado “Coletivo de Assistentes Sociais” do Chile:

“Aprendemos... a valorizar a luta dos moradores. Ali se enfrenta, diariamente, a luta por melhorar a qualidade de vida. O bairro foi o cenário privilegiado de organização dos setores populares, através da busca de caminhos para enfrentar a fome, o desemprego, os problemas de saúde, a falta de recreação. Ali germinaram iniciativas novas de trabalho com jovens, mulheres, adultos e crianças, que procuram desenvolver modos diferentes de relações humanas [...] Já não podemos voltar a dizer que os moradores são a ‘força auxiliar da vanguarda operária’.”²¹

O processo de mudanças que se operaram na realidade dos países da América do Sul que viveram experiências ditatoriais, como foi o caso da realidade chilena, teve suas manifestações na obra de Diego Palma. Em *La informalidad, lo popular y el cambio social*, de 1987, citado por Silva, o autor apresenta a constatação de que

se não houver a capacidade política partidária para propor e impulsionar um projeto societal de desenvolvimento alternativo, as experiências de base *não* serão capazes de promover diretamente a transformação social, o que significa que o cotidiano popular não constitui nem impulsiona, diretamente, um projeto de transformação social.²² (Grifos meus).

Tudo indica que a produção de 1985 já fosse anacrônica, ao se fazer referência a um tipo de experiência em processo de dissolução acelerada pela ditadura civil-militar em curso na realidade chilena.

A aproximação das/os assistentes sociais junto das experiências de lutas populares esteve na base histórica do processo em que se procurou afirmar a crítica social em termos teóricos e práticos no interior da profissão, no entanto, quando se institui o projeto de ruptura com o tradicionalismo profissional a perspectiva de transformação social se consolida no Serviço Social latino americano muito mais a partir das elaborações teóricas e ideológicas firmadas no “marxismo tradicional” do que efetivamente em reais bases históricas que apontem nesta perspectiva. Isto pode ser verificado no processo em que o trabalho social com comunidades desloca seu foco dos movimentos sociais para as políticas sociais, a partir de 1964, conforme analisou Maria Luiza de Souza em seu livro *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*²³, publicado em 1989. O desenvolvimento de comunidade²⁴

²¹ Idem, p. 123.

²² Cf. SILVA E SILVA, M. O. da. (Coord). *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 132.

²³ Cf. SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de Comunidade e participação*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 48.

deixa de ser um processo espontâneo produzido pelas experiências populares e se torna uma técnica manejada pelos profissionais do desenvolvimentismo para fabricar sobre as comunidades, diluídas pelo processo de modernização acelerada, um tipo de participação regulado pela legalidade institucional.

De forma mais ou menos profunda as populações se identificam com seus espaços de moradia. [...] Os movimentos sociais urbanos geralmente se destacam entre os processos sociais que, ultimamente, de modo contínuo, se fazem presentes nos espaços de moradia, coincidindo muitas vezes com a própria dinâmica das ações comunitárias. Considere-se, por outro lado, que a mobilização da população, com processos de organização que por vezes se estruturam a partir daí, põe em estado de alerta as engrenagens asseguradoras da ordem social. Nesse sentido, nas áreas de moradia, hoje, destacam-se também como processo social as ações da política social, que fazem ampliar cada vez mais a ação do Estado sobre os segmentos majoritários da população. (SOUZA, 1991, p. 13)

Neste contexto, o processo de efervescência dos novos movimentos sociais nos anos 1980, no período de crise da ditadura civil-militar brasileira, constituiu-se por experiências de luta que ainda se distinguiam das formas tradicionais de luta de classes, especialmente partidária e sindical, e podiam ser observadas nos movimentos organizados nos territórios de moradia, os “movimentos populares de bairro”, junto dos quais estavam presentes os segmentos progressistas da Igreja, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), especialmente durante o período ditatorial.

Particularmente, os “movimentos populares de bairro” foram estudados por Safira Bezerra Ammann, em seu *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*, publicado em 1991. No texto, aparece a referência às críticas direcionadas a esse tipo de movimento, considerado como movimento que se situa na esfera da reprodução da força de trabalho, já que suas reivindicações se dirigem à conquista de bens e serviços do consumo coletivo e não direta e explicitamente à mudança do modo de produção. Neste caso, a autora está de acordo que soluções mais definitivas só ocorrem na esfera produtiva, mas discorda que tal solução somente seja viável através da luta sindical e partidária, pois considera os “movimentos populares de bairro” capazes de produzirem consciência de classe para fazer avançar o “processo revolucionário”. Por estas questões, as experiências analisadas

²⁴ “Vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’ e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano ‘comunitário’. E aqui, rebatendo mediatamente o processo sociopolítico em curso e as suas tensões, divisavam-se três vertentes profissionais – uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações ‘tradicionais’, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à liberação social das classes e camadas subalternas.” (Cf. NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 140).

por Ammann a levam a destacar os aspectos que considera distinto do modo tradicional de luta proletária, ao mesmo tempo em que as define como movimentos de classe, de modo que, no decorrer dos argumentos, vai descartando a hipótese de que os movimentos de bairro buscavam uma autonomia fora do Estado e que sua prática política teria uma correspondência teórica com o anarquismo e não com o marxismo tradicional.²⁵

De acordo com Kowarick (1983 *apud* AMMANN, 1983, p. 64), com o qual concorda a autora, esses movimentos podem ser analisados com base na teoria da luta de classes. E, de fato, a classe em formação estava presente na luta, podendo ser identificada na tensão produzida entre o velho e o novo, o que nos remete às argumentações de E. P. Thompson, ao analisar a formação da classe operária inglesa.²⁶ No processo de modernização em que as formas de luta deixam o caráter popular para se configurar como luta de classe, a classe forma-se em meio às experiências populares de resistência. Ao deixar as formas de luta pré-modernas, a classe proletária formada produz a ideologia revolucionária que compõe sua prática política. É nesse processo de modernização das lutas sociais, como destaca Ammann, que o Serviço Social vai firmando sua perspectiva de transformação social, buscando como recurso teórico o marxismo tradicional, de onde se extrai os elementos para uma prática profissional capaz de cooperar com o processo de formação da consciência de classe, especialmente junto das massas subalternizadas.

Na mesma época, o debate do chamado Serviço Social Alternativo²⁷ apontava a necessidade de constituição de um “sujeito popular”, porém subordinado ao projeto proletário, aprendiz das formas modernas da luta da classe proletária. Conforme documento do CELATS, de 1988, citado por Marilda Yamamoto em seu “*“Serviço Social Alternativo”: elementos para sua problematização*”, publicado pela primeira vez no Brasil em 1993, o “projeto popular”, naquele contexto, devia se converter em “projeto proletário”, sendo atribuído a este “um papel insubstituível na transformação da América Latina”²⁸. Naquele momento, as experiências de lutas das massas auto-organizadas estavam se tornando inexistentes, mas também a experiência de luta do proletariado não produzia perspectivas de revolução social, sobretudo num contexto em que a possibilidade de relativa emancipação

²⁵ Esta linha de argumentação é baseada no texto de Tilman Evers. Cf. EVERS, T. *De costas para o Estado, longe do Parlamento*. Novos Estudos CEBRAP. nº 1, v. 2, 1983. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/54>. Acesso em 14 jun 2014.

²⁶ Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. v. I, II e III*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

²⁷ Sobre o Serviço Social Alternativo, cf. FALEIROS, V. Por um Serviço Social Alternativo. In. *Serviço Social & Sociedade*, n. 5, São Paulo: Cortez, mar. 1991. 3ª. Reimpress. p. 35-37.

²⁸ Cf. IAMAMOTO, M. V. “Serviço Social Alternativo”: elementos para sua problematização. In. IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 137.

pela via do trabalho e dos direitos havia se esgotado, em decorrência dos limites produzidos pela já instalada crise estrutural do capital.

3. O Serviço Social e o movimento de “Intenção de Ruptura”²⁹ no processo de “Reconceituação”

O processo de “Reconceituação” do Serviço Social, de acordo com Netto, em seu *Ditadura e Serviço Social*, foi um movimento heterogêneo que, durante o período de 1965/1975, marcou o Serviço Social brasileiro, a partir de três movimentos distintos: a Modernização Conservadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. Neste último, é que o Serviço Social realiza sua aproximação com o marxismo³⁰, haja vista que uma das determinações postas pela realidade moderna foi a constituição de um ponto de vista abstrato para se analisar a realidade abstrata, o que indicou a necessidade de realização dos primeiros Seminários de Teorização do Serviço Social.³¹

O movimento denominado por Netto, “Intenção de Ruptura”, constituiu-se nesse processo, a partir da experiência de extensão universitária conhecida como “Método Belo Horizonte”, elaborada pelos docentes da PUC/Minas, entre 1972 e 1975. Consistiu na aproximação inicial do Serviço Social com o marxismo, a partir de uma perspectiva teórica denominada pelo autor, “enviezada”, por não recorrer às fontes originais do pensamento marxiano. Na concepção da proposta de trabalho, a relação teoria-prática aparece representada na fórmula T1...P...T2³², que contém a expectativa de se produzir um acréscimo teórico depois da experiência prática, entretanto, a realidade demonstrou que, ao final da experiência prática, a teoria inicial permanecia a mesma. As mudanças operadas na experiência social pelo período ditatorial é o que ainda não havia sido compreendido pelo Serviço Social. Isto também fica evidente na proposta central do “Método BH” que foi a tentativa de recuperar o trabalho com comunidades, agora com a consciência de que orientariam a atuação profissional no sentido de fortalecer as lutas populares. Entretanto, ao retornarem às comunidades, já não

²⁹ Esta é a denominação atribuída por José Paulo Netto ao movimento que iniciou o processo de aproximação do Serviço Social com o marxismo, procurando produzir mudanças teóricas e práticas que pudessem romper com o conservadorismo profissional presente nos dois outros movimentos que marcaram o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, no período correspondente a 1965/1975, quais sejam, a “Modernização Conservadora” e a “Reatualização do Conservadorismo”. (Cf. NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.)

³⁰ Cf. NETTO, J. P. *O serviço social e a tradição marxista*. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 5. São Paulo: Cortez, 1981. p. 59-75.

³¹ Seminários de Araxá (1968) e Teresópolis (1970); Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

³² Cf. SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

encontravam as experiências populares de luta das massas, sobretudo porque as experiências de luta da classe operária formada eram produzidas no interior das instituições sindicais e partidárias, haja vista o contexto do município de Itabira/MG, onde o “Método BH” foi desenvolvido junto ao território em que se concentravam os operários trabalhadores da Vale do Rio Doce. Neste período da história brasileira, a maturação da estrutura do capital já havia se consolidado, a ponto de se tornar capaz de produzir para as massas subalternas condições minimamente satisfatórias de reprodução social pela via do trabalho assalariado, sem deixar de ser superexplorado, e da ampliação, em condições restritas, das funções sociais do Estado.

A contradição que se operou nessa experiência é emblemática, pois, ao mesmo tempo em que o Serviço Social se aproxima de um marxismo firmado na interpretação de Althusser, propõe uma experiência prática orientada por uma fenomenologia da vida consciente que não revelava as formas de dominação social ocultas, numa realidade em que o capital se constituiu como “entidade que opera automaticamente”³³. Este é o reflexo da ausência de elaboração, pelo Serviço Social, quanto ao processo histórico em que se aprofundaram as relações reificadas na sociedade brasileira, mesmo partindo da interpretação marxista de Althusser³⁴, que tomou como base *O capital*, no ponto em que Marx estrutura a crítica do fetichismo da mercadoria e do valor como “sujeito automático”, constituído no processo em que as estruturas fetichistas, postas em funcionamento pela prática social dos indivíduos, produzem a constituição do capital como “forma total de reprodução social”, enquanto entidade que se autonomiza da vontade e da consciência humanas. Com todas as ressalvas que se possa fazer ao marxismo althusseriano, em relação à historicidade do modo de produção do valor, que se evidencia pela presença das experiências de resistência às formas de dominação na história, se as/os assistentes sociais tivessem dele melhor se apropriado, poderiam ter produzido, naquele momento, a compreensão das mudanças operadas pela ditadura civil-militar na experiência social brasileira.

Com base no marxismo tradicional, as políticas sociais, resultantes da “luta do direito contra direito”³⁵, foram compreendidas em seu caráter contraditório, isto é, como parte do

³³ Em *O Capital*, livro 1, v. 1, no Capítulo I, A mercadoria, item “O fetichismo da mercadoria: seu segredo”, Marx escreve, “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (p.94); “[...] a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de a controlarem.” (p.96). “O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente.” (Capítulo IV, p. 184). (Cf. MARX, K. *O capital*. Livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

³⁴ Cf. LOWY, M. Notas sobre a recepção crítica ao althusserianismo no Brasil (anos 1960-1970). In. BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 213-223.

³⁵ “Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força.” (Cf. MARX, K. 2008, p. 273).

processo de distribuição da riqueza produzida no capitalismo, porém de forma que reflete o não aprofundamento pelo Serviço Social da crítica marxista do fetichismo, ou seja, do modo de produção do valor. Assim sendo, a perspectiva de transformação social produzida pelo Serviço Social brasileiro foi vinculada à “luta por direitos”, sem que se produzisse no interior da profissão uma elaboração sobre as mudanças operadas nos processos de dominação social, cujo modo impessoal e objetivo, é prevacente na realidade brasileira pós-1964. Tudo indica que, na ausência de experiências de resistência às formas de dominação abstrata, o Serviço Social firmou a perspectiva de transformação social na ideologia produzida pelo marxismo tradicional. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a perspectiva de transformação social foi firmada tardiamente no Serviço Social, quando as lutas populares foram interrompidas pela ditadura civil-militar, consolidando o processo de maturação capitalista no Brasil.

4. Os limites estruturais do Estado e a necessidade de reconstrução da esfera pública da vida social

Enquanto o capital não havia desenvolvido “sua via própria de reprodução”³⁶, o Estado pôde ser uma instância que preservava uma relativa autonomia, na qual as lutas sociais modernas buscaram sua inserção, a fim de ampliar a participação social nos processos decisórios de administração do fundo público, tendo em vista a expansão dos direitos e das políticas distributivas. Neste período histórico, a perspectiva de transformação social esteve enraizada na luta para se conquistar o bem-estar social, entretanto, a desradicalização deste movimento foi produzida no processo em que o capitalismo desenvolvido demonstrou grande capacidade de assimilar suas pressões, enquanto o próprio sentido de bem-estar social foi alterado em sua forma e substância. Pois, quando o desenvolvimento do sistema capitalista resultou na produção de mínimas condições de existência social aos trabalhadores assalariados, suas lutas voltaram-se para que fossem transformados em “sujeitos burgueses em sua acepção plena – sob o ponto de vista monetário, jurídico e estatal”³⁷. Este foi o campo de ação da socialdemocracia que, conforme Mészáros, “quis reformar o capitalismo aceitando acriticamente seus limites estruturais”, agindo cegamente na direção de “permanecer prisioneira das amarras estruturais alienantes do capital em si”³⁸.

³⁶ Cf. KURZ, R. A intelligentsia depois da luta de classes. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 23.

³⁷ Cf. KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 114.

³⁸ Cf. MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3ª reimpress. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 897.

Na periferia do capitalismo, a classe proletária e as massas subalternas sempre sofreram os drásticos efeitos do desenvolvimento social tardio. No Brasil, isto se expressa de forma emblemática no conjunto de direitos de cidadania reunidos na Constituição Federal de 1988 – que ampliou as funções do Estado no campo das políticas de seguridade social, além de prever a abertura das instituições para a participação regulada da população em instâncias de controle do uso dos recursos públicos – que chegaram tardiamente, quando a crise estrutural do capital já estava instalada nos países de economia central e a viabilidade histórica do Estado de bem-estar social já havia se diluído com o fim do período expansivo do modo de produção capitalista. As regras da economia global, sobretudo a partir de 1989 – explicitamente adotadas nos governos Collor, Itamar e FHC – passaram a orientar o corte do financiamento das funções sociais do Estado, de modo que as (contra) reformas sociais atingiram em primeiro plano a massa dos desempregados, pois também não poderiam buscar a produção de condições de sobrevivência social pela via pública estatal. Depois dos anos 1970, quando se instala mundialmente a crise estrutural do capital, a reversão dessa condição do Estado – por ser uma situação dada pela crise estrutural, não podendo ser alterada por nenhum tipo de saída política – não é mais possível, o que não requer apenas uma crítica às prioridades que definem o gasto do dinheiro público, mas uma crítica ao próprio Estado enquanto parte constitutiva de uma unidade com o mercado.³⁹

Os movimentos sociais que, no Brasil, fizeram parte do processo de formação da classe trabalhadora, combinando “a criação de instrumentos de luta econômica, como sindicatos, associações profissionais, etc., com instrumentos de ação política”⁴⁰, conceberam o público no âmbito institucional das ações do Estado, de modo que a perspectiva de transformação social ficou atrelada à luta por direitos e pelo alargamento dos espaços institucionais de participação cidadã. Isto se evidencia no período em que a luta proletária esteve vinculada ao “programa nacional-popular desenvolvimentista” elaborado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), que representou uma perspectiva de transformação da sociedade brasileira firmada na conciliação possível com o governo democrático do pré-64, cujo pano de fundo era o período expansivo do capitalismo mundial. A derrota política da

³⁹ O jornalista José Arbex reuniu importantes indicadores sociais sobre a crise no Brasil, em artigo intitulado “*O Brasil faz parte do mundo*”, publicado na revista *Caros Amigos*, de novembro de 2011. Entre os indicadores, está o dado de que “entre 1995 e 2010 (FHC e Lula) os gastos com a dívida externa somaram mais de R\$6,8 trilhões (dois PIBs)”. Outro indicador significativo é que, durante os dez anos de governo Lula/Dilma, a média percentual da arrecadação tributária direcionada ao pagamento de juros da dívida é de 47%. Cf. *Jornal Brasil de Fato*, de 10 a 16 de janeiro de 2013.

⁴⁰ Sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil e as derrotas da esquerda social, ver MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?. *Praia Vermelha*, n. 18. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008.

esquerda depois do golpe civil-militar de 1964 significou a interrupção do processo que deu visibilidade ao potencial transformador das lutas da classe trabalhadora brasileira, o que foi retomado aos poucos no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a fundação do PT (Partido dos Trabalhadores)⁴¹ que buscou se distinguir criticamente do PCB, significando “uma ampla e nova possibilidade de construção de um partido revolucionário no Brasil”, mas que durou até a derrota nas eleições presidenciais de 1989, quando o PT “entrou num processo defensivo de resistência em que a sua base social foi desconstruída”⁴². A nova derrota da esquerda brasileira evidenciou que as possibilidades reais de transformação estrutural do país pela via das políticas desenvolvidas no âmbito do Estado foram diluídas com o fim do período de expansão econômica do capitalismo mundial e a crise estrutural do capital, o que altera fundamentalmente o caráter do PT e das lutas da classe trabalhadora brasileira de modo geral, cuja radicalidade, em outro momento da história, adveio da possibilidade objetiva de realização de reformas sociais que, durante o processo de expansão econômica, podiam encontrar viabilidade para serem ampliadas até a alteração profunda da estrutura social de classes.

Quando o PT venceu as eleições presidenciais em 2002, depois de ter sido transformado “numa máquina eleitoral distante da organização social das massas”⁴³, evidenciou sua acomodação às vias de reconciliação entre as classes, a partir de um programa que tenta remontar um desenvolvimentismo impossível numa época em que o capitalismo mundial só pode encontrar formas destrutivas de reprodução. Para Menegat, tudo isso compõe o “relicário da falsidade de consciência que caracteriza a ideologia em tempos de barbárie”, refletindo o maior dos paradoxos, o fato de que a esquerda política “ficou cega justamente quando o capitalismo deixou de ser civilizatório”⁴⁴. Isto ficou expresso de modo inequívoco nos oito anos do governo Lula (2003-2010), com continuidade no atual governo Dilma (2011...), ambos no máximo desenvolveram mecanismos de controle social dos efeitos mais nefastos da crise.⁴⁵ Neste período, a assistência social brasileira – que sempre foi uma política

⁴¹ Conforme Lincoln Secco, em seu livro *História do PT*, os seis principais grupos que formavam o PT no período em que o regime civil-militar dava sinais de esgotamento eram: “o Novo Sindicalismo, forjado nas greves do ABC; os movimentos sociais organizados junto à Igreja Católica; políticos já estabelecidos no MDB que viriam a aderir à legenda; intelectuais de esquerda; organizações trotskistas diversas; e, por fim, militantes oriundos da luta armada contra a ditadura”. (Cf. SECCO, L. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011; Cf. *Jornal Brasil de Fato*, de 15 a 21 de setembro de 2011. p. 8).

⁴² Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 13.

⁴³ Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 13.

⁴⁴ *Idem.* p. 14.

⁴⁵ “[...] entre 1985 e 2008, a indústria brasileira reduziu em 17% sua participação no PIB (de 33% para 16%). Entre 2004 e 2010, o percentual da indústria na pauta exportadora caiu de 19,4% para 15,6%: a relação manufaturas/exportações totais, que atingiu 60% da década de 1980, hoje se situa em 40%. O *superávit*

voltada para atenuar a barbárie enquanto esta se mantinha como um cenário marginal produzido pela sociedade capitalista em expansão – experimentou a maior expansão de sua história, o que se evidencia na marca, atingida em 2014, de 14 milhões de famílias (1/4 da população brasileira) atendidas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família – um tipo de integração precária dos excluídos da produção do valor nos circuitos do consumo improdutivo, em que o objetivo final é sempre o retorno do dinheiro à esfera da circulação.⁴⁶ Note-se, enquanto sintoma do aprofundamento da barbárie, o crescente investimento do Estado na assistência com o fim óbvio de absorver política e economicamente a massa sobrando, o que vem mostrando sua relativa eficácia na gestão do desemprego e da pobreza.⁴⁷ O processo de absorção social e política dos subalternizados fica evidente com a eficiência

comercial de US\$24 bilhões na área de produtos industriais, em 2004, se transformou, em 2010, em um *déficit* de US\$36 bilhões. Cerca de 60% das empresas brasileiras estão nas mãos de estrangeiros. As remessas de lucros ao exterior superam os US\$ 34 bilhões (74% correspondem a empresas estrangeiras que fizeram investimentos diretos). Neste quadro de destruição da economia real, há uma limitação objetiva à capacidade de manter a taxa de remuneração do capital nas estratosferas. [...] Segundo um estudo da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em outubro de 2011, 64% das famílias que vivem nas 27 capitais estavam endividadas (88% em Curitiba e 86% em Florianópolis). No último ano, o valor médio da dívida familiar aumentou quase 18%: de R\$ 1.298 para R\$1.527 mensais. O total da dívida das pessoas físicas chegou a R\$653 bilhões (em dezembro de 2009, era de R\$485 bilhões).” (Cf. Artigo de José Arbex, “*O Brasil faz parte do mundo*”, Revista *Caros Amigos*, novembro de 2011, p. 9).

⁴⁶ “Estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a quantidade de Centros de Referência de Assistência Social (Cras), que atende aos beneficiários do Bolsa Família e outros programas sociais, apresentou um crescimento de 44,9% entre os anos de 2009 e 2013: passando de 5.499 em 4.032 municípios para 7.986 em 5.437 municípios. O Nordeste concentrou a maior proporção de municípios com presença de CRAS (99,5%), seguido pelas regiões Centro-Oeste (98,7%), Norte (97,6%), Sudeste (96,4%) e Sul (96,1%).” Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/2-2-milhoes-de-familias-atualizaram-cadastro-do-bolsa-familia>. Acesso em: 11 nov. 2014. Em 2013, o MDS chegou a transferir às famílias atendidas pelo Bolsa Família cerca de R\$ 2 bilhões de reais/mês. Dados disponíveis em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/04/mds-transfere-em-abril-r-2-bi-para-beneficiarios-do-bolsa-familia>. Acesso em: 04 maio 2013. Márcio Pochmann, em entrevista à revista *Caros Amigos*, em agosto de 2009, afirmou: “*O público do Bolsa Família paga imposto, é quem mais imposto paga*. Os 10% mais pobres do Brasil, ou seja, 20 milhões de brasileiros, que vivem com renda média mensal per capita de R\$70 essa gente transfere R\$35 dos R\$70 em impostos para o governo, porque os impostos indiretos são os que mais oneram essa população. Os 10% mais ricos não comprometem 20% do que ganham com pagamento de impostos, embora usem mais que isso do Estado.” (Grifos meus). Por outro lado, o Bolsa Família tem propiciado a que muitos trabalhadores recusem-se a se servir de mão de obra semiescrava, especialmente na zona rural do país, onde há muitos bolsões em que prevalece o velho coronelismo.

⁴⁷ As estatísticas oficiais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) procuram dar visibilidade internacional à “satisfação” e à “gratidão” declaradas pelos pobres nas pesquisas de avaliação dos programas que constituem a política nacional de assistência social. É o que se produz com as metodologias de avaliação comandadas pelo órgão oficial do governo, a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), parte da estrutura do MDS. A população usuária quando é chamada a participar das avaliações é levada meramente a responder os questionamentos que não vão além da lógica aparente dos programas. Na “pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de segurança alimentar e nutricional”, executada pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) no período de fevereiro a abril de 2006, o programa foi avaliado por 88,7% dos usuários como “bom” e “ótimo”, sendo que 76,9% dos entrevistados entende que o programa é “uma ajuda do Governo às pessoas que necessitam”. Este tipo de percepção é a esperada dentre aqueles que anteriormente, na quase totalidade dos casos, não possuíam qualquer fonte de renda fixa e estavam expostos aos riscos vitais da pauperização absoluta. (Cf. ALVES, A.A.F. *Assistência social: história, análise crítica e avaliação*. 1ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. p. 218).

administrativa do governo petista para a reconciliação dos antagonismos sociais, além da cooptação de tradicionais movimentos de oposição – perigo que anda rondando até mesmo o MST –, o que deve ser realçado pelo fato de que estamos numa época em que a crise estrutural do capital tende a fragilizar os mecanismos democráticos de domínio das massas.

A tendência conciliatória é uma das características da realidade brasileira que se produziu nas bases da formação social do país, desde a Independência, efetivada por negociação, uma demonstração inequívoca das perspectivas conciliatórias que sempre marcaram a política no Brasil, provando a histórica capacidade nacional de acomodação das contradições sociais.⁴⁸ Por outro lado, a desradicalização do PT é expressão da desradicalização da luta da própria classe trabalhadora, de modo que não há uma “falsa consciência” do partido em relação aos reais e atuais interesses da classe trabalhadora brasileira, que se transformaram profundamente com a crise estrutural do capital. O fato de que as experiências sociais que outrora eram diretamente vivenciadas pelos indivíduos na condição de classe rentável para o capital passaram a ser restritas a uma minoria, que mantém o privilégio de continuar encontrando condições de reprodução social no interior da estrutura capitalista em ruínas, alterou fundamentalmente o sentido político do movimento operário brasileiro.⁴⁹

Não tendo mais o trabalho como atividade humana capaz de suprir condições mínimas de sobrevivência imediata, a “massa humana não mais rentável” torna-se cada vez mais dependente das políticas sociais públicas, num momento em que o Estado, enquanto parte constitutiva da situação de crise estrutural do capital, restringe suas funções sociais diante da impossibilidade de financiamento. A ampliação das demandas sociais que requerem intervenção política por parte do Estado é um dos resultados incontornáveis deste processo. Mas, ao lado da ampla requisição social do Estado está o fato de que suas atribuições na atividade de administrar os “custos sistêmicos da economia de mercado” foram ampliadas

⁴⁸ Cf. SECCO, L. *Op cit.*

⁴⁹ “Entre 7.000 e 30 mil metalúrgicos, dependendo da fonte responsável pela estimativa, fecharam a pista local da Rodovia Anchieta na sexta-feira, dia 8 de julho, no ABC paulista. Quem olhasse de longe certamente imaginaria que aquela fosse uma passeata de trabalhadores para reivindicar aumentos de salários. Não era, diria um observador pouco atento, ao se aproximar da passeata. Nas faixas que os manifestantes carregavam, produzidas pelos sindicatos os metalúrgicos do ABC e de Mogi das Cruzes, um da CUT e outro da Força Sindical, a maioria dos protestos era contra a importação desenfreada e a armadilha da desindustrialização. Na fala das lideranças, apareceram frases sobre o risco da crescente valorização do real em relação ao dólar, a elevada carga tributária e a deficiência da infraestrutura, fatores que corroem a competitividade da indústria brasileira. No fundo, ao protestar contra a valorização do real, os impostos elevados e a falta de infraestrutura, eles estavam brigando mais uma vez por empregos e salários. E tocando no ponto mais sensível do atual momento da economia brasileira. *Nessa briga, como em muitas outras, trabalhadores e empresários estão no mesmo lado.* [...]” (grifos meus). (Cf. *Jornal A Tribuna*, 19 de julho de 2011. p. 34).

muito acima dos recursos disponíveis para seu financiamento, o que se tornou uma condição estrutural e irreversível.⁵⁰

Os atuais limites do Estado estão imediatamente relacionados com o limite do processo de valorização do valor, que é o resultado histórico da eliminação em larga escala do trabalho vivo da produção, de um modo em que o aumento da produtividade, a partir da “‘racionalização eliminadora’ de trabalho supera a expansão dos mercados”⁵¹, assim como sintetiza Kurz. Além desta condição histórica imediatamente dada pelo limite do processo social de reprodução das relações estruturantes do capital, há o fato de que não há dissociabilidade entre Estado e mercado, pois na medida em que o Estado é irremediavelmente dependente dos recursos financeiros produzidos no mercado, deve manter o funcionamento das atividades que são rentáveis ao mercado e que, portanto, garantem as bases de seu próprio financiamento. Por outro lado, quando os custos das atividades desenvolvidas pelo Estado na manutenção das condições gerais de acumulação apresentam um crescimento maior do que a riqueza real produzida no mercado, então a carga produzida pela tributação que cobre as finanças públicas corre o risco de inviabilizar a realização das atividades rentáveis do mercado.

A política não pode, portanto, “modificar qualquer aspecto da falta de autonomia do Estado diante do dinheiro”.⁵² As políticas anticíclicas eram operacionalizadas na administração das crises periódicas do capital, quando o sistema ainda possuía uma margem de expansão econômica. Ainda assim, as políticas bem sucedidas são o resultado do crescimento do processo de valorização do valor e não o inverso. Por isso, quando a expansão deste modo de produção chega ao fim, não há possibilidades reais de reformas que possam ser realizadas a partir de intervenções políticas porque as contradições do sistema atingiram seu desenvolvimento absoluto, esgotando as margens de transposição destas contradições. No máximo, as políticas poderão adiar e administrar seus efeitos mais nefastos. Nas palavras de Kurz, “a política somente tem acesso regulador às formas de transcurso, mas não às cegas leis básicas da produção capitalista de mercadorias.”⁵³

As massas subalternas, que experimentaram as formas de integração marginal na estrutura de classes de uma sociedade capitalista periférica, logo não puderam mais ser representadas pela luta proletária, quando passaram a compor a massa dos sobrantes desta

⁵⁰ Cf. KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 109.

⁵¹ Idem.

⁵² Cf. KURZ, R. p. 108.

⁵³ Idem. p. 114.

forma social que atingiu um estágio de crise permanente. Sobrevivem por meio da assistência social ou da criminalidade, ou de ambos, o que representa um tipo de resistência individual, que Menegat definiu como “um modo passivo de viver o desmoronamento da sociedade”⁵⁴. Na ausência de inserção política, tendem à inserção social criminosa e violenta, que só vai aprofundando o abismo em que se encontram. São seres humanos que experimentam as velhas e atuais formas de degradação da vida humana, pois, em situação de permanente desemprego e destituídos de seus direitos de cidadania, “a existência dessas massas não pode mais se efetivar dentro das normas e legalidade desta sociedade”⁵⁵.

Para suprir o vazio deixado pelas políticas de integração social, o capital coloca em funcionamento as táticas de guerra típicas dos “estados de exceção”. Mais além do desmonte dos mecanismos tradicionais de administração das contradições sociais, a “*crise de dominação*” expressa o aprofundamento da alienação da vida, em que as práticas que ameaçam o domínio do capital tendem para o aprofundamento da barbárie e não para a superação da vida social alienada. O perigoso desmoronamento desta estrutura abstrata, à qual os indivíduos permanecem atados por meio de suas práticas sociais, torna inequívoco o alerta de Mészáros, “aquilo com o que confrontamos não é mais simplesmente ‘disfuncional’, mas potencialmente muito explosivo”⁵⁶. Deste modo, a crise, que tem na economia apenas um de seus aspectos, atinge a vida social em seu conjunto, é o produto histórico do processo em que o capital transpôs sua contradição essencial para os poros sensíveis das relações e das práticas

⁵⁴ Cf. MENEGAT, M. *A crítica do valor bate à sua porta*. 2012. Prefácio. In. BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. de. (orgs.) Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19.

⁵⁵ Idem. p. 18.

⁵⁶ Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit.* p. 800. Para Mészáros, “[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. [...] uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. [...] uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global.” (Idem, p. 797). “Rosa Luxemburgo dizia: ‘socialismo ou barbárie’. Eu complemento: ‘será barbárie, se tivermos sorte.’” É o que afirma István Mészáros para concluir sua interpretação sobre a crise do capitalismo: “O primeiro ponto que precisamos ter em mente é que não estamos diante de uma crise cíclica do capitalismo, mas uma crise estrutural. [...] O sistema capitalista atingiu o limite de suas contradições.” (Entrevista de István Mészáros à Carta Capital, “*Barbárie, com sorte*”, publicada em 22 de junho de 2011. p. 63.). No entanto, o conceito de “crise estrutural” em Mészáros não é tão amplo ao ponto de entender a crise do capital como crise do trabalho, apesar de que esteja no trabalho a base estruturante toda a sua argumentação ao caracterizar a crise do capital como condição permanente de uma sociedade que atingiu seus limites. Nas palavras de Botelho, “[...] para Mészáros, apesar de toda a natureza crítica desse processo de esgotamento estar centrada na progressiva expulsão das massas de trabalhadores, não há ‘crise do trabalho’. Nada mais evidente para um autor que ergueu o conceito de trabalho como uma estrutura ontológica básica do ser social, isto é, que confere ao trabalho não uma historicidade em suas determinações mais amplas e evidentes, mas uma permanência trans-histórica.” [Cf. BOTELHO, M. *Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito*. 2009. 404 f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro. p. 352].

sociais, e agora visa desenvolver a impossível capacidade de reprodução de suas contradições subjacentes de um modo independente de suas formas sociais concretas.

Por tudo isso, para aquela massa de mulheres e homens não mais rentáveis para o capital, a sua existência precisa ser reconstruída em termos práticos imediatos, de forma em que produzam um modo de vida independente da estrutura regulada pelo valor, que já os expulsou e sua precária estrutura subsistente não é mais capaz de sustentar, por muito tempo, formas de inclusão social. Neste “*processo de dissolução da forma social*”, tal como define Menegat, sua manifestação está na “contradição incontornável entre a forma, regida pela lei do valor, crescentemente incapaz de realizar o conteúdo, que é a reprodução da vida social em condições minimamente satisfatórias para um número cada vez maior de seres humanos.” Uma alternativa histórica que ofereça “a solução para as contradições dos sistemas reprodutivos contemporâneos”, para Mészáros, “só pode ser verdadeiramente séria se se considerarem as características do sistema comunal definidas por Marx”⁵⁷, que requer a construção da primazia da “autodeterminação e da correspondente organização das próprias *atividades* nas quais os indivíduos se engajam, conforme as suas necessidades como seres humanos ativos”⁵⁸. Isto, no entanto, depende de “uma democratização radical em todos os aspectos”⁵⁹, assim como na experiência histórica da *Comuna de Paris*, em que mulheres e homens iniciaram a reconstrução das relações e práticas constitutivas do espaço público, ao produzirem um novo modo de fazer política.

Hannah Arendt, em *A condição humana* (1958), fala de um tipo de ação que se perdeu com a modernidade, referindo-se aos homens que, em sua *vida activa*, agiam enquanto homens e não enquanto membros de uma sociedade. Fala do quanto a modernidade eliminou da esfera pública “aquele sentido através do qual todos os outros, com as suas sensações estritamente privadas, se ajustavam ao mundo comum, tal como a visão ajustava o homem ao mundo visível”, de modo que, “com o desaparecimento do mundo tal como dado aos sentidos, desaparece também o mundo transcendental”⁶⁰. A referência à obra de Hannah Arendt, quando se analisa o contexto de dissolução da modernidade, tem o sentido de afirmar a necessidade de se reconstruir o público enquanto território de ação em conjunto, onde é

⁵⁷ Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit.* p. 875.

⁵⁸ “A caracterização marxiana da relação de troca comunal pressupõe seu envolvimento não como ‘uma troca de valores de troca, mas de *atividades* determinadas pelas necessidades e pelos propósitos comunais’. [...] Neste tipo de relação de troca, os produtos constituem o momento subordinado, tornando possível alocar, de modo radicalmente diferente, o tempo disponível total da sociedade, em lugar de ser predeterminado e totalmente constringido pela predominância dos objetivos produtivos materiais [...]” (Cf. MESZÁROS, I. *Op cit.* p. 883. Grifos do autor.).

⁵⁹ Idem, p. 883.

⁶⁰ Cf. ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 296; 301.

possível produzir um tipo de auto-organização comunitária “que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam”. Este espaço público reconstituído é o “espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas.”⁶¹ Este tipo de movimento no contexto em que o sujeito automático desmorona pode ser tomado como uma possibilidade real, sobretudo para aquela massa de seres humanos que precisam construir uma nova forma de produzir condições de sobrevivência, o que pode representar a produção de “momentos efetivos do movimento de supressão do valor”⁶². Trata-se de recuperar as instâncias de cooperação e reprodução social da vida que na modernidade passaram às mãos do capital e do Estado.⁶³ Mas, para tanto, é fundamental continuar retirando do Estado o que ainda é possível em termos de recursos públicos necessários à sustentação da capacidade auto-organizativa dos setores populares, mas que isto se dê não na direção de um tipo precário de inclusão social, e sim na direção imediatamente oposta, de fortalecimento da autonomia do sentido popular destas lutas, para que aprofundem sua radicalidade na construção de uma práxis emancipatória.

A produção de experiências coletivas de reconstrução da instância pública da vida social, a partir do aprofundamento da autonomia de práticas sociais em que a humanidade se mostre “capaz de regular as forças produtivas modernas através de determinações sociais e entendimentos conscientes”⁶⁴ também é uma possibilidade real, dada a incapacidade irremediável do capital em não produzir o que não é rentável e, no contexto da crise

⁶¹ Idem. p. 211.

⁶² “Os germes desse movimento já estão presentes praticamente na sociedade enquanto crítica feminista, social e ecológica. Essas formas de crítica prática não são mais um ontológico ‘em si’ ‘para si’ do trabalho, mas momentos efetivos do movimento de supressão do valor.” Cf. KURZ, R. *A intelligentsia depois da luta de classes*. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 33.

⁶³ “A luta por dinheiro, salário, assistência social, etc. é, portanto, um modelo histórico em fim de linha, que terá de ser incorporado como tal. Não é mais algo isolado, deve antes ser entendido como um momento tático e de apoio para um objetivo e um programa totalmente diversos, ou seja, para uma reprodução alheia à forma-mercadoria, para além do mercado e do Estado.” (Cf. KURZ, R. *Os últimos combates*. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 340-1).

⁶⁴ “Hoje, todos nós nos portamos de maneira ‘auto-regulativa’, como robôs da responsabilidade da economia de mercado, e aquele antigo conceito de ‘liberdade’ que visava à autonomia social foi tachado de pré-industrial e primitivo. Obviamente, não queremos nem podemos regressar ao restrito modo de vida agrário de camponeses e artesãos. Mas será que o preço do progresso tinha de ser a degradação social do homem a um ‘cão de Pavlov’ da máquina do mercado? A humanidade realmente é incapaz de regular as forças produtivas modernas através de determinações sociais e entendimentos conscientes, ao invés de se abandonar cegamente a um autômato econômico? O absolutismo do mercado não é uma alternativa ao absolutismo do Estado. A nós cumpre reinventar, para o século XXI, o antigo conceito de ‘liberdade social’, em oposição à ‘liberdade orwelliana’ do liberalismo.” (Cf. KURZ, R. *Gênese do absolutismo de mercado*. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 269).

estrutural, se trata das condições mínimas de sobrevivência de bilhões de seres humanos. Tais circunstâncias revelam que a reprodução da vida social “vai se tornando informe, numa espécie de transbordamento a procura – se tivermos sorte! – de outra forma”.⁶⁵ Esta possibilidade é identificada por Menegat na “*atividade [de setores] das massas ante a dissolução desta forma social*”⁶⁶ que, na América Latina, se faz presente no novo tipo de luta que se constitui dos aspectos em comum existentes em movimentos como o MST no Brasil e os piqueteiros na Argentina. As experiências coletivas produzidas pela massa humana sobrando nos países latino americanos carregam o traço comum de que têm origem em territórios profundamente marcados pelo lugar periférico que ocupam no capitalismo mundial. Como resultado das contradições do processo tardio de desenvolvimento capitalista nestes países, a recuperação das formas coletivas de organização da vida social, que fizeram parte do passado pré-moderno desses povos, pode ser o princípio de um longo caminho em que suas camadas sociais subalternas, tendo vivenciado em primeira instância os efeitos mais nefastos da crise estrutural do capital, construam uma alternativa histórica de resistência à barbárie. É assim que “os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado.” Pode ser que no atual tempo histórico, “*as veias abertas da América Latina*”, assim como escreveu Galeano, seja a circunstância que hoje faz deste um terreno propício ao germinar do novo, “*pelo que foi e contra o que foi*”.⁶⁷

5. Os novos movimentos sociais e as experiências de educação popular na América Latina

No caso dos novos movimentos sociais formados na América Latina, a produção de práticas coletivas em torno do objetivo imediato de superação da fome e da miséria tem o significado da reconstrução do cotidiano, a partir de novas formas de vida comunitária. É

⁶⁵ Cf. MENEGAT, M. “*Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina*” in: Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012. p. 12.

⁶⁶ Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 14. Grifos do autor.

⁶⁷ Cf. GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 24.

neste sentido que, na Argentina, o movimento dos piqueteros⁶⁸ transformou a política de assistência social do governo, voltada para o controle das massas pauperizadas, no princípio da construção de formas autônomas de vida social, ao utilizarem “as migalhas monetárias arrancadas do Estado para fomentar a auto-organização política econômica no cotidiano da população nos bairros pobres da periferia”⁶⁹. A resignificação dada pelos piqueteros ao dinheiro que recebem do programa assistencial do Estado tem seu ponto de sustentação econômica na construção de um fundo comum, autogerido para financiar, sobretudo, as necessidades coletivas básicas de alimentação, pois com o aprofundamento da crise do capital nos anos 1990, a pauperização em níveis surpreendentes tornou a fome o principal legado do horror econômico para a massa subalterna.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado em 1984, é um dos movimentos que tem representado uma forma de luta que reúne o novo e o velho. É exatamente o que ele traz de novo que o tem feito o movimento que melhor tem subsistido à repressão, à criminalização e à assistência social. A reforma agrária, depois de 1964, diluiu-se em ações que ocuparam um lugar marginal nas políticas de governo, dado que a crise estrutural tornou inviável o aprofundamento das políticas de redistribuição da riqueza social, prevalecendo em seu lugar as medidas agressivas de modernização do campo que beneficiaram a ampliação do agronegócio, aprofundando a subordinação econômica do país ao capital internacional. Isto está diretamente relacionado ao fato de que a repressão aos movimentos do campo não cessaram com o fim da ditadura civil-militar, de modo que as prisões, torturas e mortes, enquanto forma de controle social do Estado sobre a massa humana não mais rentável, são vivenciadas, sobretudo, pelas cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra acampadas em diversos pontos do território nacional.⁷⁰ Talvez o tipo de organização política do MST, que tem sua base na luta territorial, possa explicar porque tantas famílias sem terra resistem à repressão. A luta pela terra os mantém unidos não

⁶⁸ Cf. MARRO, K. *A rebelião dos que “sobram”*: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socioassistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. 2009. 232f. Doutorado (Tese). UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

⁶⁹ Cf. FERNANDES, M. *Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher*: lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais. Disponível em: <<http://antivalor.atspace.com>> Acesso em: 20 mar. 2011.

⁷⁰ De acordo com os dados do Censo Agropecuário, de 2006, do IBGE, 0,915% das propriedades detém 45% das terras, cerca de 147 milhões de hectares, enquanto as pequenas propriedades – com área de até 10 hectares – que são 48% das propriedades, detêm apenas 2,4% das terras. Na condição de sem terra, estão cerca de 3,7 milhões de famílias brasileiras. Nos dois primeiros anos de mandato do governo Dilma (2011-2012), foram realizadas apenas 86 desapropriações semelhante ao governo Collor (1990-1992). (Cf. *Jornal Brasil de Fato*, 21 a 27 de fevereiro de 2013, p. 6). De acordo com os dados da pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), nos oito anos do governo FHC foram criados 4410 assentamentos, enquanto na década de Lula/Dilma apenas 3.711. (Cf. *Jornal Brasil de Fato*, 10 a 16 de janeiro de 2013. p. 7).

apenas pela necessidade da conquista do espaço geográfico, mas também pelas práticas coletivas em torno da agricultura camponesa, que vão reconstruindo a relação do homem com a natureza e os laços humanos de solidariedade destruídos pela forma social de vida moderna, o que produz entre eles um tipo próprio de vinculação cultural orgânica com o movimento.

O processo de autoformação do ser social enquanto “prática de liberdade” depende da produção dialética de práticas sociais autônomas capazes de restringir o território de ação do Estado e do mercado, para impedir a ampliação de seu domínio. Nos anos 1990, o MST realizou experiências significativas neste sentido, em que retirou do Estado recursos do fundo público e os utilizou para aprofundar sua autonomia na produção das condições de reprodução social. A educação é o exemplo mais contundente deste tipo de prática no movimento. Ergueram escolas dotadas de toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento a partir de recursos estatais e fizeram delas um espaço de formação de crianças e adultos, a partir de um projeto pedagógico próprio, marcado pela cultura produzida na luta pela terra. Transformaram a “prática educativa em atividade política, tornando-a cultura entre aqueles que habitam o ambiente escolar”.⁷¹

A emancipação requer uma nova dialética entre ser social e consciência, mediada por processos coletivos que amplificam a política na direção da formação humana, onde os homens formam-se com a consciência de que eles mesmos, passo a passo, através de sua própria atividade, poderão apressar a transformação social. A luta pela terra tem o potencial de estender esta perspectiva emancipatória a todas as dimensões da vida social e da formação humana, tendo início na produção dos artigos de consumo imediato para suprir necessidades elementares de sobrevivência. A tradição da agricultura camponesa forma as bases da agroecologia que se objetiva na produção de alimentos saudáveis combinada com a preservação do ambiente natural, apontando para o princípio de uma nova forma de sociometabolismo entre homem e natureza. Esses são alguns dos aspectos da produção de uma coletividade cultural em que são reconstruídas as tradições do modo de vida camponês, celebradas nas colheitas e festas de rememoração de atos e acontecimentos que são a história do movimento.

É neste sentido que, nas diversas vias de organização da massa de seres humanos sobranes, podemos encontrar elementos comuns de um novo tipo de luta. São as lutas que, além de serem o espaço em que mulheres e homens se reúnem para buscarem alternativas

⁷¹ Cf. INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA); INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO (IEJC). *Método pedagógico*. Veranópolis/RS: Coletivo Político Pedagógico (CPP), 2003. p. 39.

comuns às suas carências materiais, também vão viabilizando a produção de uma nova sociabilidade. Este foi o caso da ocupação urbana conhecida como Pinheirinho em São José dos Campos, São Paulo, que reuniu cerca de 1.600 famílias, entre 3.000 a 9.000 pessoas, desde 2004, até que foram expulsas pela ação bárbara da polícia militar em 22 de janeiro de 2012, numa ação de reintegração de posse. A violência e o desrespeito, próprias das táticas de guerra consolidadas na época da ditadura civil-militar, orientaram a prática de 1.800 homens para garantir o funcionamento da lógica que pretende colocar definitivamente as coisas no lugar das pessoas. As casas e os pertences foram reduzidos a pó. A integridade humana também. A repressão bárbara “permitida” dirigiu-se contra aqueles que, ao buscarem outras formas de reprodução social, emperravam o processo de reprodução do capital que primeiro os expulsou.

Os limites sociais agudos vivenciados pelas massas no Brasil as levaram às ruas em junho de 2013. As manifestações, ainda que viessem sendo maturadas em torno da questão do transporte coletivo nos anos precedentes em algumas cidades, não perdem seu sentido espontâneo, próprio das lutas de massas, numa manifestação de recusa pública às formas de luta institucionalizadas, ao mesmo tempo em que nos remete aos motins produzidos pela plebe inglesa, retratadas por Thompson como manifestações da classe operária em formação. A diferença é que já não estamos num momento da história do capitalismo em expansão e não podemos falar na formação da classe, mas na sua dissolução, expressão de um tempo de esgotamento do sistema do capital, inclusive das formas de luta que o constituem.

Nas palavras de Thompson, os homens e as mulheres “que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, diante do imperativo imediato de sobrevivência, “‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*” de forma relativamente autônoma e “em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 182). Esta dialética entre experiência e estrutura é a base da alternativa histórica produzida pelo tipo de luta que se forma entre a massa de seres humanos que é a expressão viva do processo de dissolução da estrutura social moderna. O novo processo histórico de produção da vida é o movimento que visa superar a objetividade social opressora, constituindo-se de uma pedagogia dos homens e mulheres que, a partir da sua “inserção lúcida na realidade, na situação histórica”, produziram “a crítica desta mesma situação e o ímpeto de transformá-la” (FREIRE, 2011, p. 75). A formação social e humana que emerge da prática da liberdade, “ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim

como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 2011, p. 75), propondo a reflexão “sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente.” (FREIRE, 2011, p. 98). Nos termos da *pedagogia freireana*⁷², a práxis, enquanto prática de liberdade, “é reflexão e ação dos homens” que transformam a si mesmos enquanto transformam as circunstâncias. Neste refazer da vida e de si, mulheres e homens produzem a associação entre sensibilidade e conhecimento que só pode se dar para além da abstração capital e trabalho, pois expressa o desfazer do conjunto da vida social abstrata, na medida em que as experiências sociais passam a ser produzidas e vividas de um modo autoconsciente.

Tudo indica que o reverso da crise contém elementos embrionários de uma alternativa histórica à barbárie social que podem ser observados na práxis de segmentos das massas, cuja situação aguda de carência material, dada a inexistência de saídas para suprir necessidades imediatas no plano das políticas sociais, tampouco no plano do emprego, tem impulsionado a produção de experiências coletivas de resistência às formas abstratas de dominação na história. Os aspectos comuns destas experiências observadas entre os novos movimentos sociais da América Latina confluem numa forma de organização que, distinta das formas de luta típicas da modernidade, tem em sua base o sentido da “*pedagogia do oprimido*”, cujo significado histórico se reatualiza. Pois, somente a atividade organizativa com potencial de transcender os circuitos de automovimento da mercadoria, voltada para a crítica da abstração real e a emancipação humana da sociabilidade fetichista, pode realizar integralmente a pedagogia freireana. Os oprimidos somente poderão tomar a história nas mãos se produzirem um tipo de experiência social resistente ao automatismo da lógica do capital, a partir do processo em que deixam para trás toda forma de assujeitamento e livremente decidem colocar mulheres e homens conscientes e afetivos no lugar das coisas.

⁷² Os aspectos comuns destas experiências observadas entre os novos movimentos sociais da América Latina confluem numa forma de organização que, distinta das formas de luta típicas da modernidade, tem em sua base o sentido da “*pedagogia do oprimido*” de Paulo Freire, cujo significado histórico se reatualiza. Pois, somente a atividade organizativa com potencial de transcender os circuitos de automovimento da mercadoria, voltada para a crítica da abstração real e a emancipação humana da sociabilidade fetichista, pode realizar integralmente a pedagogia freireana. Os oprimidos somente poderão tomar a história nas mãos se produzirem um tipo de experiência social resistente ao automatismo da lógica do capital, a partir do processo em que deixam para trás toda forma de assujeitamento e livremente decidem colocar mulheres e homens conscientes e afetivos no lugar das coisas. [Cf. ALVES, A. A. F. *Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória*. 2013. 205f. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.]

Considerações finais

A impossibilidade de bilhares de seres humanos acessarem as condições minimamente necessárias para se manterem vivos no interior da estrutura do capital em crise tem os levado à produção de experiências populares de auto-organização. As massas expulsas para a periferia do campo e da cidade são obrigadas a refazerem as relações comunitárias, produzindo experiências alternativas à barbárie social, a partir da luta por moradia, dos coletivos de cultura alternativa e de outras tantas formas de enfrentamento das opressões, transformando esses territórios em *lócus* de resistência às formas objetivas de dominação social. É isto que torna possível falar hoje na atualidade histórica da educação popular, que tem sua expressão nas formas embrionárias de crítica do valor.

Neste contexto, como o Serviço Social pode contribuir para que as massas tenham acesso, pela via do Estado, ao necessário para que permaneçam vivas, sem que isto, no entanto, interrompa o aprofundamento das formas populares de resistência? Esta e outras questões têm motivado nossos estudos sobre a necessidade histórica do Serviço Social reatualizar o trabalho com comunidades, na perspectiva freireana de educação popular, ou seja, contribuindo para que se aprofundem as experiências sociais comuns que unem mulheres e homens na produção de formas de resistência à barbárie.⁷³ No entendimento que orienta as reflexões apresentadas neste ensaio, educação popular é práxis. E neste sentido não pode ser fabricada por agentes externos, pois a pedagogia de autoformação é a própria experiência de luta popular.

Urge, pois, a necessidade de se apreender as condições do atual tempo histórico, enquanto se pode contribuir para que as experiências populares, que têm representado a produção de alternativas embrionárias à barbárie, aprofundem-se e reinventem a perspectiva de transformação social.

⁷³ Cf. DANTAS, R. F.; SCARAMUSSA, T. *A cabeça pensa onde os pés pisam: um resgate sócio-histórico do Serviço Social no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013; BOTELHO, J. C.; CORDEIRO, M. S. *A educação popular e o Serviço Social em uma perspectiva de transformação social: a necessidade de construção de uma alternativa histórica ao capitalismo em ruínas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. F. *Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória*. 2013. 205f. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.

ALVES, A. A. F. *Serviço Social e educação popular em tempos de barbárie*. in: Anais... II CONGRESO NACIONAL DE INVESTIGACIÓN EM TRABAJO SOCIAL, 5 e 6 de novembro de 2014, Santiago, Chile. Facultad de Ciencias Sociales Jurídicas y Económicas. Escuela de Trabajo Social. Universidad Católica Silva Henríquez, Santiago, Chile, 2014.

AMMANN, S. B. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARANTES, P. E.; ARANTES, O. B. F. *Sentido da formação*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARANTES, P. E. *Extinção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.

BOTELHO, M. *Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito*. 2009. 404 f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro.

BOTELHO, J. C.; CORDEIRO, M. S. *A educação popular e o Serviço Social em uma perspectiva de transformação social: a necessidade de construção de uma alternativa histórica ao capitalismo em ruínas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

CANDIDO, A. O significado de “Raízes do Brasil”. In. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Prefácio. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DANTAS, R. F.; SCARAMUSSA, T. *A cabeça pensa onde os pés pisam: um resgate sócio-histórico do Serviço Social no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

FALEIROS, V. Por um Serviço Social Alternativo. In. *Serviço Social & Sociedade*, n. 5, São Paulo: Cortez, mar. 1991. 3ª. Reimpress. p. 35-37.

FERNANDES, M. *Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher: lições piqueteras sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais*. Disponível em: < <http://antivalor.atspace.com> > Acesso em: 20 mar. 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LOWY, Michael. Notas sobre a recepção crítica ao althusserianismo no Brasil (anos 1960-1970). In. BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.

PALMA, D. *A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 123.

KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, K. *O capital*. Livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARRO, K. *A rebelião dos que “sobram”*: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socioassistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. 2009. 232f. Doutorado (Tese). UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

MENEGAT, M. *Sem lenço nem aceno de adeus*. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? Praia Vermelha, n. 18. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008.

MENEGAT, M. “*Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina*” in: Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012.

MENEGAT, M. *A crítica do valor bate à sua porta*. 2012. Prefácio. In. BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. de. (orgs.) *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3ª reimpres. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. *O serviço social e a tradição marxista*. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 5. São Paulo: Cortez, 1981. p. 59-75.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SECCO, L. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA E SILVA, M. O. da. (Coord). *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de Comunidade e participação*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHWARZ, R. O fio da meada. In. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARZ, R. *Cultura e política*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III*. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.